



PARA ALÉM DA TERAPIA GRAMATICAL: O PAPEL DA ANALOGIA NA AGENDA POSITIVA DE WITTGENSTEIN

DIOGO DE FRANÇA GURGEL¹ E TIAGO ZÜRCHER²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo examinar o papel da analogia (e dos métodos de comparação) no que entendemos ser uma tarefa propriamente positiva da filosofia desenvolvida por Wittgenstein em sua maturidade. Com o intuito de delinear o que chamamos de “tarefa positiva”, consideraremos algumas alternativas naturalistas à chamada leitura terapêutica – a qual reduz a prática filosófica a um trabalho um tanto negativo de dissolução de abusos e mal-entendidos oriundos de teorizações desorientadas. Nesse momento, procuraremos expor algumas fragilidades das leituras enativistas de Wittgenstein (tanto aquela proposta por Dan Hutto, quanto a proposta por Danièle Moyal-Sharrock), e, ainda, as dificuldades encontradas por outras leituras naturalistas, como aquela estabelecida por Newton Garver. Por fim, buscaremos apresentar, em contraste com essas leituras, uma abordagem da tarefa positiva na filosofia que dê conta de explicar as condições sob as quais conceitos podem ser cunhados tendo em vista a investigação gramatical. A abordagem que propomos tem, na relação entre o uso de analogias para fins filosóficos e as observações sobre a gramática do “ver como”, o seu eixo central.

PALAVRAS-CHAVE: Wittgenstein. Analogia. Terapia Gramatical.

ABSTRACT: This paper aims to examine the role of analogy (and methods of comparison) in what we understand to be a proper positive task of the philosophy developed by Wittgenstein in his maturity. In order to outline what we call the “positive task”, we will take into consideration some naturalistic alternatives to the so-called therapeutic reading – which reduces philosophical practice to a somewhat negative work of dissolving abuses and misunderstandings arising from misguided theorizations. At this point, we will try to expose some weaknesses of the enactivist readings of Wittgenstein (both the one proposed by Dan Hutto and the one proposed by Danièle Moyal-Sharrock), and also the difficulties encountered by other naturalist readings, such as the one established by Newton Garver. Finally, we will try to present, in contrast to these readings, an approach to the positive task in philosophy that accounts for explaining the conditions under which concepts can be coined having at its sight the grammatical investigation. The approach we propose has, in the relationship between the use of analogies for philosophical purposes and observations on the grammar of “seeing as”, its central axis.

KEYWORDS: Wittgenstein. Analogy. Grammatical Therapy.

¹ Professor Adjunto e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: diogo.gurgel@gmail.com.

² Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tiagozurcher@id.uff.br.

“Não há *um* método da filosofia, o que há são métodos, diferentes terapias, por assim dizer” (PI, §133(d)). Essa breve nota manuscrita (*Randbemerkung*), acrescentada por Wittgenstein em meados da década de 1940 ao datiloscrito que deu origem às *Investigações Filosóficas*, rende até hoje muitas especulações sobre qual seria a orientação central da concepção wittgensteiniana de atividade filosófica. Muito já se escreveu sobre a célebre tarefa terapêutica da filosofia, a qual caracterizaria uma agenda negativa (ou dissolutiva) sempre a capitanear as investigações gramaticais promovidas por Wittgenstein em seus escritos de maturidade. A imagem aproximada é de uma filosofia que põe a tradição filosófica (e a teorização em geral) no banco dos réus: não em um tribunal transcendental, mas em um tribunal gramatical, no qual toda e qualquer linguagem teórica pode ter exposto, devassado, o seu passado de abusos e atentados contra as regras correntes, genuínas, de usos dos signos.

De acordo com Robert Fogelin, justamente por entender que não compete à filosofia a produção de teorias, Wittgenstein teria feito da tarefa terapêutica o eixo central das investigações desenvolvidas em sua chamada “segunda fase”. Em suas palavras:

Taking him at his word, Wittgenstein is not attempting to replace earlier philosophical theories by one of his own. His aim is not to supply a new and better pair of glasses, but, instead, to convince us that none is needed. I take this to be the core idea of Wittgenstein’s later philosophy as it appears in the *Philosophical Investigations* – and in the *Remarks on the Foundations of Mathematics* as well. (FOGELIN, 1996, p.35)

Mas seria essa, então, a caracterização cabal da postura filosófica de Wittgenstein? Teria aquele impetuoso jovem lógico, que certa feita se postou à porta do dizível – com boca cerrada e olhos voltados para o inefável – convencido “o autor das *Investigações Filosóficas*” do fato de que a filosofia só pode produzir, quando muito, absurdos esclarecedores? Em que pesem todas as peripécias do gradativo encantamento do filósofo pela vagueza, teria Wittgenstein simplesmente buscado por toda a vida o retorno à postura quietista que pensava ter encontrado ao finalizar o *Tractatus*? De acordo com Daniel Hutto, essa não é a história completa da trajetória intelectual do filósofo austríaco. Há, sugere Hutto, uma agenda propriamente positiva sendo gestada por Wittgenstein ao longo da década de 1930. Em “Enactivism, From A Wittgensteinian Point of View” (2013), o enativista estadunidense defende a ideia de que, para além da atividade terapêutica, podemos encontrar nos escritos de maturidade de Wittgenstein um posicionamento naturalista – ainda que moderado ou “*soft spoken*” (HUTTO, 2013, p. 295).

Nesse artigo, procuramos desafiar essa e outras leituras naturalistas do pensamento tardio de Wittgenstein (como as de Danièle Moyal-Sharrock e Newton Garver), evitando contudo, incidir em alguma variação da abordagem quietista. Buscamos delinear uma agenda positiva da investigação gramatical ancorada na ideia de que, para Wittgenstein, a descrição

filosófica não descreve o que está facilmente à vista. Do modo como compreendemos, o filósofo nos fornece bases para afirmar que a apresentação panorâmica (PI, §122) de uma certa região da gramática exige habilidades filosóficas de comparação e contraste, de composição de analogias, e, como nota P.M.S. Hacker, de “desanalogias” (HACKER, 2009, p.149). Nosso fio condutor argumentativo, como ficará claro, é o de que o interesse de Wittgenstein, em seus escritos tardios, pela gramática do “ver” (“ver como”, “ver semelhanças”, toda a discussão sobre o “aspecto”) estende-se muito para além do diálogo local com a psicologia da Gestalt. Esse interesse, de acordo com nossa abordagem, inscreve-se em um questionamento de cunho metodológico, no escopo de uma busca de maior compreensão sobre a própria atividade filosófica.

I. Sobre o conceito de gramática e a chamada “terapia gramatical”

O termo “gramática” ganha uma acepção mais geral e abrangente na filosofia tardia desenvolvida por Wittgenstein. Com esse termo, nota Hans-Johann Glock, Wittgenstein visa “designar tanto as regras constitutivas da linguagem, quanto a investigação ou organização filosófica dessas regras” (GLOCK, 1998, p. 193). Ou seja, a gramática, enquanto conjunto de regras constitutivas, seria a demarcação de licenciamentos e interdições dos usos possíveis dos signos nos mais variados jogos de linguagem de uma comunidade. Entendemos que, se ganharmos alguma clareza sobre os dois seguintes pontos fundamentais, lograremos uma compreensão mais adequada desse conceito: a) que Wittgenstein pensa regra como algo muito mais abrangente do que apenas as regras sintáticas de uma língua³; e b) que esse conjunto de regras é um conjunto aberto e com regras que são mais ou menos compartilhadas em uma comunidade – i. e., a gramática não deve ser pensada como um sistema homogêneo e internamente congruente de regras, como se espera de um sistema lógico clássico.

Nesse sentido, a noção de gramática é uma das marcas mais fortes do distanciamento de Wittgenstein em relação às posições assumidas no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Para

³ A esse respeito, há uma anedota interessante que relata um diálogo entre Moore e Wittgenstein: “Moore insistiu que regras filosoficamente relevantes, como ‘Nada pode ser completamente vermelho e completamente verde’, excluem o que é inconcebível; já aquilo que as crianças aprendem na escola, por exemplo, que ‘Não se diz “Três homens estava no campo”, mas sim “Três homens *estavam* no campo”’, nada tem a ver com filosofia. Segundo consta, Wittgenstein teria respondido que esse exemplo de fato nada tem a ver com filosofia, considerando-se que, no caso, tudo é transparente. Mas o que dizer de ‘Deus, o pai, Deus, o filho e Deus, o espírito santo, *estavam* ou *estava* no campo?’” (GLOCK, 1998, p. 196). Aqui, é possível ver que Wittgenstein não faz uma distinção *a priori* de o que é digno de importância para a filosofia ou não. A princípio, toda a gramática interessa ao filósofo – e não, apenas, certos conceitos ou regras de uso cristalizados na tradição. Além disso, fica claro, na resposta dada a Moore, que Wittgenstein compreende a gramática como indo além das regras sintáticas da língua – a discussão, nesse caso, é claramente teológica e não sintático-gramatical.

avaliarmos a contundência dessa afirmação, consideremos o seguinte: no *Tractatus*, o filósofo pensava as regras constitutivas da linguagem a partir de uma abordagem lógico-sintática debitária daquelas delineadas por Frege e Russell, concedendo uma primazia semântica à frase assertiva bipolar. Nesse *framework*, Wittgenstein procurou delimitar as fronteiras exatas da linguagem, do dizível – um esforço que culmina na cunhagem do conceito de espaço lógico. O espaço lógico pode ser entendido como o “conjunto total de possibilidades lógicas” (GLOCK, 1998, p. 136), ou seja, o espaço lógico funciona como uma demarcação geral do que é concebível (i. e., logicamente possível) e, por consequência, das configurações possíveis de estados de coisas – o espaço lógico, portanto, delimita as possibilidades de associação entre nomes e, dado o isomorfismo elementar requerido pela abordagem pictórica, também entre objetos. No espaço lógico, entretanto, não está presente ainda uma distinção entre quais dessas configurações possíveis são o caso e quais não são, já que a determinação do que é o caso é, eminentemente, uma tarefa das ciências empíricas⁴. Com isso, podemos entender os limites do espaço lógico como os limites entre o que pode ser dito (de modo significativo) e o que não pode ser dito, numa espécie de abordagem *crítica* da linguagem que visa apresentar as suas condições de possibilidade.

O conceito de gramática, podemos dizer, precisa ser consolidado na medida em que o filósofo se apercebe (por diversas vias diferentes) da insustentabilidade do conceito de espaço lógico – e seu compromisso com o atomismo e com o referencialismo – em sua filosofia tardia. Como bem apresenta Newton Garver, o conceito de gramática está relacionado com a busca o filósofo por um modo de proceder e por uma área de atuação própria da filosofia nessa nova fase: “When Wittgenstein returned to philosophy in 1929, one of the main challenges facing him was to find a criterion for philosophical criticism that is successfully self-referential” (GARVER, 1996, p. 167). Quando em diálogo com “o autor do *Tractatus*”, Wittgenstein admite ter se interessado pela vagueza, pela normatividade “contaminada” (*verunreinigt* – PI, §100), isso significa uma ampliação da própria concepção de linguagem, ou mais propriamente, de semântica sobre a qual o filósofo precisa se debruçar. Vejamos de que forma isso ocorre.

Voltando ao primeiro dos dois pontos citados anteriormente, é importante ressaltar que Wittgenstein pensa as regras gramaticais a partir de uma perspectiva mais funcional do que

⁴ Wittgenstein, no entanto, estabelece uma distinção entre as chamadas propriedades internas e externas de um objeto. Propriedades externas são as propriedades contingentes de um objeto (que ele seja azul ou vermelho, por exemplo). Propriedades internas, no entanto, são necessárias para o objeto: “Uma propriedade é interna se é impensável que seu objeto não a possua” (TLP, 4.123) – é necessário, por exemplo, que o objeto tenha uma cor determinada, seja ela o azul ou o vermelho. Essa distinção é importante pois delimita claramente a diferença entre as proposições das ciências naturais (que, ainda que sejam verdadeiras, o são de forma contingente) e as proposições da lógica (que possuem uma necessidade irrefutável).

formal. Ou seja: é a função ou uso que uma proposição adquire em um jogo de linguagem (e não uma forma específica) que faz com que ela seja uma regra – como afirma Glock: “se uma sentença expressa ou não uma regra gramatical é algo que depende de seu papel ou função em nossas práticas linguísticas” (GLOCK, 1998, p. 194). Nesse sentido, a concepção de filosofia baseada na gramática é mais uma generalização da concepção de filosofia baseada na lógica do que um abandono da ideia (GARVER, 1996, p.147). A mudança em direção ao conceito de gramática, portanto, ocorre, entre outros motivos, pela constatação de que as regras e limites lógicos impostos pelo *Tractatus* eram insuficientes para dar conta de tudo o que é feito com a linguagem. Ficou patente para o filósofo que a simbolização em lógica formal não era suficiente para dar conta, por exemplo, das diferenças semânticas entre acrescentar um “Eu duvido” a uma frase como “Os trabalhos de Aristóteles foram escritos por Aristóteles” e a uma frase como “Eu tenho dor de dente”.

Wittgenstein compreende que uma parte considerável da normatividade que regula nossas práticas linguísticas está para além do escopo da lógica formal, bem como para além do escopo da gramática escolar. Uma sentença como “Não pode ser o caso que um objeto seja inteiramente verde e inteiramente vermelho”, por exemplo, passa a ser vista por Wittgenstein como uma limitação gramatical – e não uma limitação da lógica, visto que uma proposição como “esta xícara é inteiramente vermelha e inteiramente verde” não representa uma contradição lógica, mas, ainda assim, é uma incongruência gramatical e, por isso, é um lance inválido na grande maioria dos jogos de linguagem que jogamos. Assim, podemos dizer que a lógica é apenas uma parte da gramática e, mais ainda, que o reconhecimento disso é uma das principais marcas da ruptura entre o *Tractatus* e a filosofia tardia de Wittgenstein. Essa constatação, portanto, nos traz de volta ao segundo ponto anteriormente levantado: a gramática não é um sistema homogêneo – não se pode exigir congruência nem mesmo entre as regras de descrição de fatos que estruturam diferentes jogos de linguagem – e é justamente por isso que esse conceito é muito mais adequado para o curso das investigações conceituais aplicadas à linguagem em geral do que o conceito de espaço lógico.

E, ainda que existam exemplos de regras gramaticais que sejam transversais a diversos jogos de linguagem que nós jogamos, fica claro que não é possível (e nem é o objetivo da filosofia) fazer uma descrição completa da gramática. Wittgenstein pensa tanto as regras gramaticais quanto o conjunto dessas regras de forma vaga – admitindo a vagueza presente na normatividade dos jogos e, também, a incongruência entre as normatividades de jogos distintos

praticados por uma comunidade. Ou seja, não é necessário que as regras sejam exatas e bem definidas para que um jogo de linguagem funcione, como nota o filósofo:

Quando digo a alguém: “Pare mais ou menos aqui!”, – será então que essa explicação não pode funcionar perfeitamente bem? E será que qualquer outra também não pode falhar? “Mas então essa explicação não é inexata?” – Sim; por que não se deveria chamá-la de “inexata”? Apenas compreendamos, porém, o que significa ‘inexato’! Pois não significa “inutilizável” (PI, §88)

Tampouco, é necessário que esse conjunto de regras cubra todas as possibilidades atuais e potenciais do jogo para que ele funcione:

“Mas então quer dizer que a aplicação da palavra não é regrada; o ‘jogo’ que nós jogamos com ela não é regrado.” – Ele não está delimitado em toda parte por regras; mas também não existe nenhuma regra, por exemplo estabelecendo quão alto ou quão forte se pode jogar a bola no tênis, e mesmo assim tênis não deixa de ser um jogo, e certamente tem regras (PI, §68)

Junto ao reconhecimento e à aceitação da vagueza inerente à linguagem, Wittgenstein compreende, também, ser impossível determinar de modo cabal o privilégio de um jogo de linguagem e suas regras sobre outro. Ou seja, não há um jogo de linguagem cujas regras sejam, de alguma forma, mais fundamentais ou essenciais do que as regras de outros jogos de linguagem. Isso pode ser visto de forma clara nas observações do filósofo acerca dos conceitos de “simples” e “composto”:

A palavra “composto” (e portanto a palavra “simples”) é usada por nós em um sem-número de modos diferentes, aparentados uns com os outros de diferentes maneiras. [...] À pergunta *filosófica*: “Acaso a imagem visual dessa árvore é composta, e quais são suas partes constituintes?”, a resposta correta é; “Depende do que você entende por ‘composto’”. (E isso, evidentemente, não é uma resposta, mas a rejeição da pergunta) (PI, §47).

Nesse movimento, Wittgenstein reduz uma questão filosófica acerca do conceito de simples a uma questão sobre o jogo de linguagem que é jogado e ao usos do termo “simples” – num jogo de linguagem da física, por exemplo, os elementos mais simples da realidade podem ser partículas subatômicas, enquanto que num jogo de linguagem da pintura, o mais simples pode ser um determinado matiz de cor. E se perguntar qual é o significado de “simples” e “composto” para além de um jogo determinado é absurdo, visto que é no jogo e no uso que os termos ganham sentido: “A pergunta ‘Isso que você vê é composto?’ faz todo sentido se já está estabelecido de que tipo de composição se trata – ou seja, de que tipo de uso específico dessa palavra se trata” (PI, §47).

Assim, fica claro que, aos olhos de Wittgenstein, não compete ao filósofo buscar uma descrição geral da gramática. Muito menos cabe à filosofia legislar sobre ela – “não desejamos refinar ou tornar completo, de alguma maneira inaudita, o sistema de regras para o emprego de nossas palavras” (PI, §133).

Feitas essas elucidações, tratemos agora da centralidade do conceito de gramática na filosofia desenvolvida por Wittgenstein em sua maturidade. Como já adiantamos, o conceito de gramática não é apenas uma ferramenta usada por Wittgenstein para uma melhor compreensão da linguagem. Ele representa a busca por uma forma de proceder e uma área de atuação que sejam próprios da filosofia – que a gramática seja a área de atuação do filósofo fica claro quando Wittgenstein afirma que:

Nossa investigação não se dirige aos *fenômenos*, mas sim, por assim dizer, à ‘*possibilidade*’ dos fenômenos. Isso quer dizer que rememoramos o *tipo de enunciado* que fazemos a respeito dos fenômenos. [...] Nossa perspectiva é, assim, uma perspectiva gramatical (PI, §90).

Nessa verve, diversas são as passagens da *Investigações* em que Wittgenstein nos apresenta a atuação do filósofo sobre a gramática como visando não conclusões e respostas, mas tão-somente a dissolução de mal-entendidos e abusos da linguagem causados por uma má compreensão da gramática dos termos – daí a célebre passagem presente no §109 das *Investigações*: “A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento por meio de nossa linguagem”. Uma má compreensão do funcionamento da gramática pode gerar os mais diversos problemas filosóficos. Em diversos momentos de seus escritos de maturidade, Wittgenstein denuncia abusos gramaticais que provocam equívocos teóricos de grande porte, como, por exemplo, a analogia entre um nome e uma etiqueta (PI, §15). Tal analogia pode ser funcional para o vocabulário de objetos físicos bem determinados do dia a dia (como cadeiras, mesas etc.). Quando transferimos essa analogia para substantivos mais abstratos (onde a referência não é óbvia), como, por exemplo “justiça”, “pensamento” etc., ela acaba se mostrando um empecilho – uma base hermenêutica que desorienta mais do que orienta –, visto que buscamos uma referência para a palavra “pensamento” em bases semelhantes às de nossa busca por uma referência física da palavra “cadeira”. Aqui, nota Wittgenstein “O que nos confunde é a uniformidade de sua aparência quando as palavras são proferidas ou nos aparecem na forma escrita ou impressa. Pois seu *emprego* não se põe tão claramente diante de nós. Principalmente quando filosofamos!” (PI, §11). Nesse caso, o filósofo intervém indicando, através de uma observação da gramática dos termos, que, apesar da semelhança formal entre os termos (ambos são substantivos e possuem regras sintáticas de aplicação relativamente parecidas, por exemplo), há uma diferença fundamental entre as suas gramáticas, o que faz com que certas analogias sejam aplicáveis a um e não a outro termo.

Com isso, vemos na atuação do filósofo na gramática uma tarefa um tanto “negativa”, na medida em que ela consiste em resolver mal-entendidos gerados a partir de uma má compreensão do funcionamento da gramática. Tal tarefa é comumente denominada pelos

comentadores de *terapêutica*. Na passagem mencionada acima, em que Robert Fogelin afirma que Wittgenstein não tem a pretensão de substituir as lentes da má filosofia por novas lentes (FOGELIN, 1996, p. 35), fica claro o teor terapêutico e negativo dessa tarefa: o objetivo do filósofo seria o desmontar teorias e concepções construídas com base em mal-entendidos gramaticais – sem buscar fornecer, no entanto, algo para ser posto em seu lugar.

Por compreendermos que a filosofia de Wittgenstein, no entanto, não se limita apenas a essa tarefa, buscaremos, agora, avaliar algumas propostas do que possa ser uma tarefa positiva da filosofia e de que modo isso se relaciona com a própria prática filosófica de Wittgenstein. Anthony Kenny identifica, a esse respeito, duas formas de atuação do filósofo sobre a gramática, que andam lado a lado e, de certa forma, se confundem:

First, there is the negative, therapeutic task of philosophy: the resolution of philosophical problems by the dissolution of philosophical illusion. Second, there is the more positive task of giving us an overview of the actual working of our language. (The two tasks, of course, overlap.) (KENNY, 2004, p. 175).

Entramos em acordo com Kenny quando ele identifica uma face propriamente positiva da investigação gramatical. Contudo, cabe perguntar o que Kenny compreende ser esse aspecto positivo da atuação do filósofo. Inicialmente, podemos compreender essa passagem de uma forma simples: ao buscar dissolver mal-entendidos através da gramática, Wittgenstein precisa mostrar de que forma a linguagem, de fato, funciona – até mesmo para que seja possível denunciar um abuso da linguagem e, eventualmente, dissolvê-lo. Desse modo, o filósofo acaba por nos fornecer uma visão, mesmo que irremediavelmente incompleta, parcial, do funcionamento da linguagem. É seguindo essa linha hermenêutica que Kenny identifica uma tarefa positiva do filósofo na gramática a partir do §122 das *Investigações*. Nesse parágrafo, Wittgenstein afirma que “o fato de que não *vemos panoramicamente* [*übersehen*] o uso de nossas palavras é uma das principais fontes de nossa falta de compreensão. – Nossa gramática não é propícia a uma visão panorâmica [*übersichtlichkeit*]”. Quando Kenny fala na busca de uma “*overview*” do funcionamento da linguagem, ele parece ter em mente a visão panorâmica de que fala Wittgenstein. É importante, nesse ponto, atentarmos ao emprego do termo “*übersehen*” (e seus cognatos) por parte de Wittgenstein. Além dessa passagem, outras ocorrências dignas de nota – como nas *Observações sobre o Ramo de Ouro de Frazer* (RFGB, p. 201) e nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* (RPP, I, §895) – nos indicam a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa dessa expressão. Esse termo poderia simplesmente ser traduzido como “ver claramente”, ou de modo “perspícuo”, mas sua ocorrência nas *Investigações* nos parece propositalmente atingir o nível semântico das imagens

(*Bilder*)⁵. A tradução por “panorâmico” (seguindo a opção de José Carlos Bruni e, mais recentemente, de Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan) traz à tona a questão da impossibilidade de se obter uma visão total da gramática – uma impossibilidade, portanto, da metalinguagem, se compreendida enquanto um ou mais jogos de linguagem externos à gramática e capazes de descrevê-la de modo completo – entretanto, deixa claro que é possível obter (em um esforço filosófico) uma visão parcial do funcionamento da linguagem, numa espécie de sobrevoo local da gramática.

Desse modo, portanto, uma tarefa positiva da filosofia seria fornecer uma compreensão panorâmica da gramática, não perdendo de vista que essa compreensão será sempre parcial e inacabada. Tal concepção, no entanto, nos parece, ainda assim, demasiadamente responsiva. Mesmo que o filósofo pudesse nos fornecer uma melhor compreensão da gramática, essa compreensão só seria buscada caso surgisse um mal-entendido que a necessitasse – como se, caso não houvessem mais mal-entendidos e abusos da linguagem, o filósofo fosse destituído de uma tarefa própria. Essa posição se torna difícil de ser conciliada com momentos da obra de Wittgenstein, como na célebre passagem onde propõe a analogia entre palavras e ferramentas (PI, §11), onde o filósofo não se limita apenas a resolver um mal-entendido e calar-se após isso. Fosse esse o caso, Wittgenstein deveria parar na descrição gramatical e no apontamento dos problemas da adoção indistinta da analogia entre palavra e etiqueta; ele, porém, vai além e propõe uma nova imagem, o que evidencia que a sua filosofia não se encerra apenas em uma descrição da gramática sem compromissos positivos.

Por conta de passagens como essa, o próprio Kenny compreende que essa forma demasiadamente terapêutica e negativa de conceber a filosofia de Wittgenstein é problemática – isso se dá, segundo ele, por uma impossibilidade de conciliação entre a concepção de filosofia que Wittgenstein propõe e a sua própria prática filosófica (ou seja, seria um problema inerente à própria obra wittgensteiniana): “I do not believe that it is, in the end, possible to reconcile Wittgenstein’s account of philosophy with the entirety of his philosophical activity in the *Investigations*” (KENNY, 2004, p. 181). Kenny, portanto, admite uma espécie de aporia: ou

⁵ A escolha em tratar esse termo e seus cognatos como possuindo uma carga conceitual se dá, além das razões teóricas apresentadas, por conta da insistência do filósofo em aplicar essa expressão em momentos nos quais ele fala da filosofia e de seu papel. Nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, por exemplo, Wittgenstein afirma: “A árvore genealógica dos fenômenos psicológicos: Não estou buscando *exatidão*, mas uma visão clara do todo [Nicht Exaktheit *strebe ich an, sondern Übersichtlichkeit*]” (RPP, I, §895). Mais à frente, veremos, Wittgenstein afirma que é papel da filosofia tornar claro (*übersehbar zu machen*) o estado de inquietação, ao invés de tentar apresentar uma descoberta nova que fosse resolver o problema (PI, §125). Desse modo, compreendemos que não é por acaso que Wittgenstein recorre a esse termo – e não a um possível sinônimo como *Klarheit* – e que, portanto, uma atenção especial merece ser dada às suas traduções.

damos ênfase à prática filosófica de Wittgenstein e deixamos de lado sua concepção demasiadamente responsiva de filosofia; ou, então, damos mais relevância a uma filosofia terapêutica e ignoramos certas passagens onde Wittgenstein vai para além de uma mera resposta a um mal-entendido.

II. Uma abordagem enativista da tarefa filosófica

Em contraste com a leitura terapêutica radical (quietista)⁶ e com acusações de inconsistência como a de Kenny, temos a interpretação defendida por Dan Hutto, que compreende que o filósofo wittgensteiniano além de praticar a terapia gramatical, também estaria apto a defender certas posições e pressupor fatos gerais da natureza (refletidos nas proposições fulcrais que formam nossa imagem de mundo). Podemos inserir a leitura de Hutto em um movimento recente de aproximação entre a filosofia tardia de Wittgenstein e o enativismo (com suas bases naturalistas). Essa leitura não nega os aspectos terapêuticos da investigação gramatical que foram apresentados anteriormente, mas entende que esse é apenas um momento do pensamento desenvolvido por Wittgenstein – a terapia gramatical, por essa perspectiva, seria uma etapa negativa na qual o filósofo procura se livrar de certos usos de signos e de imagens (*Bilder*) mal erigidas. Uma vez combatidos os abusos e dissolvidos os mal-entendidos, o filósofo wittgensteiniano estaria apto a estabelecer posições e teses – o que o próprio Wittgenstein, aos olhos de Hutto, teria feito.

O ponto de partida de Hutto é o processo terapêutico ao qual Wittgenstein submete certas posições demasiadamente intelectualistas acerca da linguagem. Como exemplo, podemos recorrer ao início do *Livro Azul* e à discussão acerca do aprendizado e do uso de conceitos de cores. Wittgenstein se pergunta: o que se passa quando peço para alguém, a partir de um conjunto de bolas coloridas, que selecione uma bola amarela? Uma resposta intelectualista seria: “he imagined something yellow when he *understood* the order, and then chose a ball according to his image” (BLBK, p. 12) – como se fosse necessário consultar uma tabela mental para garantir que de fato compreendemos a ordem. Ao passo que Wittgenstein retruca: “To see that this is not *necessary* remember that I could have given him the order, ‘Imagine a yellow patch’. Would you still be inclined to assume that he first imagines a yellow patch, just *understanding* my order, and then imagines a yellow patch to match the first?” (BLBK, p. 12)

⁶ Atualmente, um dos autores mais contundentes na defesa dessa abordagem, de acordo com Hutto, seria Keih Dromm. Cf. *Wittgenstein on Rules and Nature*.

Com esse exemplo, Wittgenstein visa combater uma imagem intelectualista da linguagem que dá demasiada ênfase a certos processos mentais que, como mostra Wittgenstein, não são necessários para que se explique a compreensão de significado em diversas situações. Aqui, podemos ver claramente a tarefa terapêutica sendo aplicada na prática: Wittgenstein identifica uma imagem (do intelectualismo) e mostra, através de exemplos na linguagem, que ela não é necessária para uma explicação do que seja o significado. Hutto, no entanto, entende que esse é apenas um momento inicial da filosofia de Wittgenstein, compreendendo que “At the end of a therapeutic process, one is forced to consider alternatives because some seeming options have been wholly eliminated” (HUTTO, 2013, p. 298). Ou seja, a filosofia de Wittgenstein consistiria em dois momentos distintos: um primeiro, terapêutico, que visa identificar os abusos e mal-entendidos gramaticais; e, um segundo, no qual Wittgenstein, uma vez livre dos problemas causados por tais abusos, estabelece novas alternativas. Uma dessas novas alternativas, segundo Hutto, é a naturalização de certos processos cognitivos.

Para sustentar a sua hipótese, Hutto seleciona passagens – como a que se segue – onde Wittgenstein se posiciona contra uma imagem intelectualista de certos processos cognitivos: “O esquilo não infere por indução que vai precisar de armazenar comida também no próximo inverno. E tampouco precisamos de uma lei da indução para justificar nossas ações e previsões” (OC, §287). A ênfase dada por Wittgenstein à ação é lida por Hutto como um posicionamento aparentado ao enativismo:

At the roots of thinking – at the bottom of our most sophisticated practices, including our following of linguistic and other rules – is doing. Wittgenstein and enactivists are also united in thinking that doing, and knowing what to do, is not to be explained by hypothesizing extraordinary mental processes or operations (HUTTO, 2013, p. 284).

De fato, o conceito de ação é fundamental para a filosofia tardia de Wittgenstein. Em diversas ocasiões, o filósofo procura nos fazer repensar a vinculação intelectualista habitual entre certas operações cognitivas, como a compreensão de um significado o recurso a representações mentais. Segundo Hutto, Wittgenstein assumiria algo como um naturalismo brando acerca da linguagem e da razão e seria essa tomada de posição que permitiria uma vinculação entre o filósofo e o enativismo. Nessa abordagem, ao tratar da forma de vida humana, por exemplo, Wittgenstein se comprometeria com certas concepções na esteira das concepções evolucionistas⁷.

⁷ Aqui, cabe apontar que a adesão a tais concepções se faz presente de maneira mais forte no enativismo radical proposto por Hutto. A abordagem encontrada em *The Embodied Mind* (Varela, Thompson e Rosch, 1991), por exemplo, tece críticas ao evolucionismo clássico e apresenta uma posição menos comprometida com os pressupostos realistas hegemônicos nas ciências naturais (fusão entre teoria evolutiva e modelo mendeliano). Seu modelo biológico de base é a concepção autopoietica de vida proposta por Varela e Maturana.

Like Wittgenstein, enactivists offer a gradual and variegated story of how organisms become able to respond to and engage with relevant features of their environments in cognitively sensitive and sophisticated ways, ranging from more basic forms of experiencing and response to genuinely symbol-based thinking (HUTTO, 2013, pp. 284-285).

Para que essa leitura de Hutto se sustente, no entanto, é necessário mostrar de que forma ela é conciliável com diversas passagens, como a seguinte (onde Wittgenstein afirma claramente não estar enunciando teorias e fatos): “A filosofia simplesmente dispõe todas as coisas à nossa frente, sem nada explicar ou concluir” (PI, §126). Parece não haver, nessa passagem, espaço para o momento positivo defendido por Hutto, no qual o filósofo wittgensteiniano pode se comprometer com uma concepção naturalista do humano. Além disso, Wittgenstein, em seus apontamentos sobre a filosofia da psicologia, deixa claro que a sua intenção é estabelecer uma discussão conceitual acerca de temas como o perceber e o pensar – e não, como parece compreender Hutto, uma discussão acerca de organismos, ambientes, trocas energéticas e materiais, e suas propriedades descritíveis pela ciência:

Pensar usando conceitos de processos fisiológicos é extremamente perigoso para o esclarecimento dos problemas conceituais na psicologia. Pensar em hipóteses fisiológicas às vezes nos ilude com falsas dificuldades, às vezes com falsas soluções. O melhor remédio contra isso é o pensamento de que absolutamente não sei se as pessoas que conheço realmente têm um sistema nervoso (RPP, I, §1063)

Tendo em vista a atitude cética de Wittgenstein nessa passagem, fica difícil sustentar – como buscam essas leituras que aproximam o filósofo austríaco do enativismo – que haja um momento nos seus escritos onde Wittgenstein busque estabelecer teses e fatos gerais acerca da natureza e do ser humano. Atribuir a Wittgenstein um naturalismo “*soft spoken*” – como faz Hutto – é um movimento que parece ignorar o fato – ressaltado pelo próprio filósofo em seus escritos – de que Wittgenstein fazia uma investigação de cunho conceitual e, portanto, não empírico.

Nesse sentido, a leitura enativista de Moyal-Sharrock⁸ nos parece mais cuidadosa, na medida em que ela compreende que

the burden of proof is therefore not on the philosopher – at least, not the Wittgensteinian philosopher – inasmuch as all she does is rearrange what ‘lies open to view’ (PI, §126), what ‘is always before [our] eyes’ (PI, §129) in an effort to give a more perspicuous representation of it” (MOYAL-SHARROCK, 2013, p. 274).

Aqui, Moyal-Sharrock reconhece que a prática filosófica de Wittgenstein não passa pela postulação e comprovação de teorias, distanciando-se da prática científica. Ainda assim, a

⁸ Moyal-Sharrock, assim como Hutto, entende que Wittgenstein tem no intelectualismo um de seus principais alvos. Isso fica explícito em passagens como: “Where epistemologists have always thought of our basic beliefs as propositions, Wittgenstein sees them as rules of grammar or bounds of sense that manifest themselves as ways of acting” (MOYAL-SHARROCK, 2013, p. 269).

própria Moyal-Sharrock atribui a Wittgenstein concepções enativistas, apresentando-o como um precursor do enativismo e de certas posições ligadas à cognição corporificada – chegando a afirmar que a grande contribuição do filósofo austríaco teria sido “reviver o animal que há em nós” (MOYAL-SHARROCK, 2013, p. 263). Segundo ela,

there is hardly anything traditionally thought to be emergent from, underwritten by, or reducible to, a mental process or state, that Wittgenstein has not subjected to the razor of enactivism; that is: shown to be primitively embodied or enacted rather than originated in propositions, theories of mind or ghostly processes (MOYAL-SHARROCK, 2013, p. 266)

O deslizamento para certos compromissos com pressupostos científicos é sutil, mas se faz presente nos textos de Moyal-Sharrock na medida em que essa ideia de uma cognição corporificada traz a reboque, no enativismo, não a inefabilidade da ação (a ocasião em que a pá do filósofo entorta), mas sua naturalização – i.e., sua inserção em um sistema descritivo coerente (estudável), de processos ambientais, corporais e cerebrais que o enativismo evita (com sucesso questionável) chamar de “mundo”. Desse modo, as leituras enativistas de Wittgenstein parecem insuficientes justamente por não darem a devida importância às reflexões wittgensteinianas acerca dos métodos próprios da filosofia e seu campo de atuação. Como vimos, Wittgenstein deixa claro que não há como determinar a primazia de um certo jogo de linguagem sobre outro e, também, que a própria filosofia não pode possuir um jogo de linguagem próprio – antes, ela atua sobre os jogos de linguagem que nós jogamos. Assim, é difícil defender que Wittgenstein esteja asserindo, em um dado momento de sua prática filosófica, certos fatos gerais da natureza que coincidam com proposições enativistas. Para tanto, teríamos de ignorar completamente as diversas passagens onde o filósofo deixa claro não ser o seu objetivo – nem o papel da própria filosofia – enunciar teorias e fatos.

Decerto, Moyal-Sharrock não busca comprometer Wittgenstein com certos posicionamentos teóricos naturalistas (como parece ser o caso de Hutto) – ela procura defender a inefabilidade (caráter não proposicional) de nossas certezas mais básicas. Nossas convicções seriam mais da ordem do “unself-conscious know-how” (MOYAL-SHARROCK, 2013, p.268). Ao atribuir a Wittgenstein uma “enactive account of mindedness”, ela defende que a postura do filósofo é de se informar pelos resultados empíricos, claramente postos à vista de todos (“already in plain view”) – e não por hipóteses – e rearranjar tais resultados em “more perspicuous conceptual presentations” (MOYAL-SHARROCK, 2013, p.274). Mas, perguntemos: o que, mais propriamente, está em “plain view”? Moyal-Sharrock não leva em conta a distância (a paralaxe) entre convicções de senso-comum (pontos nodais não estáveis em nossa gramática) e resultados empíricos (pontos nodais de um sistema ideal). Ao assumir que

um dos maiores feitos de Wittgenstein é mostrar (fazer-nos lembrar) do animal que nós somos, ela inescapavelmente toma certas verdades das ciências (com ênfase em um certo modelo evolucionista de biologia) como pontos nodais estáveis, empiricamente (e não logicamente) privilegiados, da gramática. Em reforço dessa argumentação, podemos perguntar se o modelo proposto por Moyal-Sharrock se sai melhor que o de Hutto na elucidação de passagens da obra tardia de Wittgenstein como a RPP, I, §1063 que mencionamos acima. Há, por exemplo, em nossa comunidade linguística, certos jogos de linguagem comuns, não-científicos, em que o uso da expressão “animal” envolve sinonímia com expressões como “bicho”, “besta”, e não opera como expressão de uma classe superordenada que contenha “pessoa”, “gente”.

Um último ponto complicado em ambas as abordagens enativistas – que mencionaremos aqui para resgatar mais à frente – é que eles não dão a devida atenção ao papel metodológico desempenhado pelos conceitos de imagem (*Bild*) – e, por conseguinte, de analogia – na agenda positiva de Wittgenstein. Hutto é bem explícito ao afirmar que Wittgenstein simplesmente trata imagens como os empecilhos que nos impedem de pensar claramente:

Having eliminated the pictures and picture-driven theories, Wittgenstein’s philosophical observations are not reduced to the status of reminding us of one amongst many alternative, contingent possibilities. For there is no competing vision of our form of life blocking our sight and corrupting our thinking. When we are in that condition, nothing stands in the way of Wittgenstein’s drawing our attention to revealed certainties about our general situation. (HUTTO, 2013, p. 298).

Antes, porém, de generalizarmos, assumindo que toda e qualquer abordagem naturalista de Wittgenstein é falha, examinemos ainda a proposta de Newton Garver. Essa leitura nos parece uma proposta digna de exame justamente porque, ao sublinhar a distinção feita pelo filósofo austríaco entre ciência natural e história natural, e aproximar (com moderação) a investigação gramatical do projeto crítico kantiano, sugere um naturalismo distinto daqueles propostos pelos enativistas. De modo semelhante ao que faz Moyal-Sharrock, Garver afirma que “Wittgenstein is a naturalist in that he takes for granted that we have a complicated form of life whose features are accessible to observation and description but are susceptible neither to explanation nor skepticism” (GARVER, 1996, p.156).

Assim, as verdades da história natural pressupostas na atividade filosófica (GARVER, 1996, p.159) não se assemelhariam a hipóteses e explicações científicas. Mas o que seria essa “história natural”? O que Wittgenstein toma como dado, diz Garver, são seres humanos, a forma humana de vida, e os jogos de linguagem e as atividades características que contribuem para isso (GARVER, 1996, p.164). Ou seja, também os fatos sociais seriam naturalizados pelo filósofo, visto como “underlying social facts, not as descriptions” (GARVER, 1996, p.157) e seria por meio de tais fatos sociais subjacentes que a gramática nos seria dada. Essa base

subjacente não descritível seria uma acepção mais basilar de “gramática” – os fatos sociais que as descrições descrevem –, distinta daquela acepção que toma a expressão como se referindo às descrições do uso da linguagem (GARVER, 1996, p.157). Essas seriam as bases metafísicas (não biológicas e científicas em geral) de que parte Wittgenstein em sua atividade filosófica.

A abordagem naturalista proposta por Garver é engenhosa, mas nos parece que, ao sugerir um compromisso de Wittgenstein com um tipo de realismo externalista, ela não supera todos os problemas elencados anteriormente. Ainda que à revelia, Garver nos insere em um cenário em que certas expressões usadas estrategicamente por Wittgenstein, como “forma de vida” ou o “nós”, devem fazer referência a algo externo à linguagem. Um sintoma desse movimento é a ideia de que a prática de fazer apontamentos gramaticais “constitutes a universal language-game” (GARVER, 1996, p.158). Nossa compreensão do emprego dessas expressões vai, por essa e outras razões, em uma direção distinta – talvez mais próxima daquela apresentada por Hacker em seu impactante artigo “Philosophy: A Contribution, not to Human Knowledge, but to Human Understanding” (2009). É preciso, assim pensamos, ganhar uma compreensão mais apropriada (sem os vícios referencialistas do naturalismo) da primazia da ação e seu papel de alicerce gramatical para a cunhagem dos conceitos filosóficos em obras como as *Investigações Filosóficas*.

De acordo com Hacker, filosofia é investigação conceitual, examina o que faz e não faz sentido, examina normatividades e a caracterização de nossos conceitos e de suas relações (verdades conceituais) – de modo que se constitui como estudo *a priori* (HACKER, 2009, p.141). Ele entende que as questões filosóficas seriam aquelas que têm como solução não um conhecimento propriamente dito, mas a compreensão mais adequada dos conceitos de uso corrente e de suas conexões. Por exemplo, não é pela empiria que poderemos decidir se máquinas pensam ou não, assim como não é pela empiria que vamos decidir se um cérebro pensa ou não. De acordo com ele, em sua verve wittgensteiniana, a atividade filosófica se estende, para além da tarefa terapêutica de dissolver questões filosóficas (ou pseudo-questões) que se mostram “confusas ou incoerentes” (HACKER, 2009, p.142), e atua na organização das “formas de descrição” ou “normas de representação” (HACKER, 2009, p.137) a partir das quais o conhecimento é possível. Assim, questões filosóficas poderiam ser “answered by a description of the relationships between parts of the network” ou, em termos mais wittgensteinianos, por uma descrição ou “mastery of the logical geography of concepts in a given domain” (HACKER, 2009, p.146). Ele nota também (e esse é um apontamento fundamental para os propósitos deste

trabalho) que ambas as tarefas (a destrutiva e a reorganizadora) exigem não somente “mastery of use”, mas também “mastery of comparative use” (HACKER, 2009, p.145).

A tarefa reorganizadora, Hacker sublinha, não é nada trivial. Muitas são as dificuldades que há em se discernir certos padrões, os quais “cannot readily be detected, but rather comes into view only when the right logico-grammatical features are deployed in an appropriate manner, when the right analogies are arrayed and the illuminating disanalogies marshalled” (HACKER, 2009, p.149). Assim, cabe ao filósofo atingir um domínio satisfatório das técnicas de comparação e de contraste, da composição de analogias e “desanalogias” em sua busca por verdades conceituais.

A ênfase nas habilidades ou técnicas comparativas requeridas pela filosofia é deveras interessante, contudo, não nos parece que Hacker explore suficientemente o conceito de analogia em Wittgenstein. Sua abordagem não nos permite compreender com clareza a relação entre analogia e conceitos operatórios requeridos pela atividade filosófica. Ao tratar da composição de conceitos filosóficos para os fins da investigação gramatical, ele simplesmente assume que:

The only concepts it can fruitfully introduce are new, technical, classificatory concepts within philosophy itself, such as concepts of inductive and deductive reasoning, of a priori and a posteriori judgements, of species and genus, of determinates and determinables – the purpose of which is to facilitate logical geography. (HACKER, 2009, p.150)

A caracterização da tarefa filosófica, em seu aspecto positivo, como uma geografia lógica ou gramatical abre caminho para a ideia de que a primazia da ação no pensamento de Wittgenstein não é a primazia nem de fatos naturais, nem de fatos sociais, mas de certos nós ou pontos de convergência gramaticais: as ações como condições de possibilidade, como fundo ou solo (*Grund*) não interpretável e, logo, não passível de ser expresso ou referido. Decerto, a objeção que aí imediatamente se levanta é: o filósofo emprega diversos verbos de ação diferentes para caracterizar jogos de linguagem factuais e contrafactuais, parece fazer referência a diferentes de formas de vida, fala de um “nós”, de uma comunidade que constitui a “nossa linguagem”... não estaria Garver correto em sua análise de que há certos compromissos com algum tipo de metafísica? Bem, isso só seria aceitável, pensamos, se se admite uma metafísica sem compromissos ontológicos cabais, uma metafísica apoiada somente no pressuposto (de ares não inteiramente antitractarianos) de que deve haver condições materiais para que o compartilhamento de significado ocorra, i.e., para que a linguagem, enquanto esfera inexoravelmente pública, ocorra – o que pode soar, para muito ouvidos, um tanto estranho. Nossa perspectiva é de que a insistência de Wittgenstein em empregar termos como

“comportamento” (*behmen*) e “ação” não é sinal de um ancoramento da filosofia na biologia ou na antropologia e sim em pontos nodais *a priori* (mas não inteiramente estáveis) da gramática.

Enfim, essa é uma discussão que nos levaria longe e gostaríamos, nesta ocasião, de nos ater aos modos pelos quais a filosofia opera valendo-se de comparações e contrastes. De acordo com Hacker, como vimos, a filosofia atuaria positivamente na organização de “formas de descrição” ou “normas de representação” forjando conceitos que agrupam, reagrupam ou desagrupam conceitos. Mas qual seriam os limites e as condições para essa cunhagem de conceitos e como as analogias (e desanalogias!) estabelecidas pelos filósofos atuariam na investigação gramatical? O estatuto das analogias na tarefa filosófica não é apresentado com clareza e é isso o que buscaremos fazer na próxima seção.

III. A agenda positiva de Wittgenstein: a invenção de elos intermediários

Um bom ponto de partida para a delimitação de uma agenda positiva sem compromissos naturalistas é a própria continuação do já citado §122 das *Investigações*. Após apresentar a fonte de nossos mal-entendidos – a má compreensão da gramática –, Wittgenstein, indica a direção a ser seguida para abordá-los: “A apresentação panorâmica proporciona compreensão, a qual consiste justamente no fato de que ‘vemos as conexões’. Daí a importância de encontrar e de inventar *elos intermediários*.” (PI, §122). Os elos ou articulações intermediárias, podemos dizer, são as conexões entre os termos, seus usos e os jogos de linguagem onde eles aparecem. Nesse sentido, é fundamental, para a nossa discussão, que nós atentemos para os dois verbos empregados por Wittgenstein: “encontrar” (*finden*) e “inventar” (*erfinden*). Caso fosse a tarefa do filósofo puramente negativa e terapêutica, ele buscaria, a partir de um mal-entendido, uma compreensão panorâmica da gramática, encontrando possíveis analogias e conexões entre signos e mostrando que outras são vedadas. Wittgenstein, no entanto, vai além e fala em *inventar* novas articulações. Aqui, cabe um apontamento interessante: essa passagem das *Investigações* pode ser encontrada já nas *Observações sobre “O Ramo de Ouro” de Frazer*, escritas ainda no início da década de 1930 – com uma única diferença substancial: o acréscimo do verbo “inventar” ao lado de “encontrar”: “Esta apresentação panorâmica proporciona o compreender // a compreensão //, que consiste precisamente em ‘ver as concatenações’. Daí a importância do encontrar os *elos intermediários*” (RFGB, p. 201)⁹.

⁹ No original, “Diese übersichtliche Darstellung vermittelt das Verstehen // Verständnis //, welches eben darin besteht, dass wir die ‚Zusammenhänge sehen‘. Daher die Wichtigkeit des Findens von *Zwischengliedern*”.

O que essa adição do termo “*erfinden*” indica no sentido de uma tarefa positiva da filosofia? E, além disso, temos um problema similar ao encontrado por Kenny: como isso se encaixa com passagens próximas a essa nas *Investigações*, onde, por exemplo, o filósofo afirma que “A filosofia deixa tudo como está” (PI, §124)? Aqui, nos parece, a proposta de Wittgenstein é que uma investigação sobre os conceitos, através da gramática, nos fornece um melhor entendimento acerca não só do funcionamento atual da linguagem, mas também de potenciais novos usos e conexões. Nesse mesmo momento das *Investigações*, Wittgenstein sugere o que seria essa forma de atuar: “Não é tarefa da filosofia resolver contradições por meio de uma descoberta matemática, lógico-matemática. Em vez disso, é sua tarefa da visibilidade panorâmica [*übersehbar zu machen*] ao estado da matemática, o qual nos inquieta – seu estado *antes* da solução das contradições” (PI, §125).

Um bom caminho para ganharmos clareza com relação ao que seja mais propriamente esse “tornar visível” e sobre o que exatamente é tornado visível consiste em atentarmos ao resgate, por parte de Wittgenstein, de uma expressão já presente no *Tractatus*, a saber, a de “relações internas”¹⁰.

À cor dos objetos corresponde a cor na impressão visual (este mata-borrão parece-me cor-de-rosa, e é cor-de-rosa –, à forma do objeto corresponde a forma na impressão visual (parece-me retangular, e é retangular) – mas o que percebo na revelação do aspecto não é a propriedade do objeto, é uma relação interna entre ele e outros objetos (PI, p. 209 ou PI, II, xi, §247)¹¹

Em uma nova acepção, a tarefa filosófica da descrição das relações internas entre conceitos diria respeito à descrição dos usos dos atuais e possíveis dos signos (sempre partindo do arcabouço de atividades efetivas de uma comunidade e não de idealizações) e as relações que eles possuem entre si. Assim, como enfatiza Hacker, a filosofia atua não sobre o mundo, mas sobre a gramática (de modo descritivo) e sobre como nós falamos sobre o mundo. É fundamental notar que o resgate da ideia de relações internas ocorre em meio a uma investigação gramatical acerca dos “aspectos” e da revelação de aspectos. O interesse de Wittgenstein por esse tema remonta à leitura da Psicologia da Gestalt, de Köhler, e aos copiosos

¹⁰ Aqui Wittgenstein traz de volta uma terminologia do *Tractatus*: “*interne Relation*” (TLP, 4.122). Na obra de juventude, o termo procura demarcar a diferença entre relações propriamente ditas (externas) e relações formais ou estruturais entre objetos e estados de coisas. À luz da concepção de gramática, entendemos que tal expressão adquira outros contornos sem, contudo, perder seu caráter estrutural: um aspecto se ilumina ao associarmos um certo objeto com outros objetos, ao vermos um certo objeto como um outro objeto. Diversos são os modos pelos quais uma analogia pode revelar novas semelhanças e contrastes entre dois objetos.

¹¹ Para as citações feitas da chamada Segunda Parte das *Investigações*, nós utilizamos a tradução de José Carlos Bruni publicada na coleção *Os Pensadores*. Isso se deve ao fato de, por razões exegéticas pertinentes, a recente edição lançada pela Fósforo não incluir a Segunda Parte na sua publicação. Para facilitar a consulta, indicamos, também, a referência para a edição inglesa da Blackwell, a qual possui uma numeração nos parágrafos similar àquela encontrada na primeira parte.

apontamentos sobre o uso de nosso vocabulário psicológico feitos entre 1946 e 1949. Entendemos que, muito para além do interesse em uma simples aplicação dos métodos de investigação gramatical a uma certa região da linguagem teórica (a psicologia da percepção) visando o combate a seus abusos, o que leva Wittgenstein a se debruçar insistentemente sobre esses temas é também uma inquietação acerca da própria natureza da atividade filosófica tal como ele a concebia.

Já em 1929, Wittgenstein reconhecia a relevância metodológica de símiles e analogias (“Um bom símile [*Gleichnis*] refresca o intelecto” – CV, p.3; MS 105 73c, 1929) chegando a caracterizar a sua própria forma de atuar, poucos anos depois, da seguinte maneira: “O que eu invento [*erfinde*] são novos símiles” (CV, p.16; MS 154 15v, 1931)¹². Note-se que o verbo empregado em suas anotações privadas é o mesmo que utilizará mais tarde em sua reformulação da célebre passagem das *Investigações* (mencionada ao início desta seção) sobre a tarefa filosófica de encontrar e inventar [*erfinden*] elos intermediários. Faz-se notório, em diversas passagens dos livros azul e marrom, o emprego de analogias que propiciem comparações e contrastes entre jogos de linguagem e usos de signos. Por exemplo:

In such a case we may clear the matter up by saying: “Let's see how the word ‘unconscious’, ‘to know’, etc. etc., is used in *this* case, and how it's used in others”. *How far does the analogy between these uses go?* We shall also try to construct new notations, in order to break the spell of those which we are accustomed to (BB, p. 23)

E, nos anos de escrita das *Investigações*, esses métodos já se mostram bem mais maduros: não só porque abundam os jogos de linguagem contrafactuais, objetos de comparação (PI, §130) que auxiliam o filósofo em sua empreitada elucidativa, mas porque boa parte dos conceitos-chave forjados pelo filósofo são, eles mesmos, expressões condensadas de analogias: jogo de linguagem¹³, semelhança de família, palavra como ferramenta, etc. Entretanto, é

¹² Há uma passagem, em *Culture and Value*, em que Wittgenstein trata do judaísmo ou, mais propriamente, dos pensadores judeus e de seu próprio modo de fazer Filosofia. Ainda que não fosse judeu praticante (seus avós paternos, de linhagem judaica, converteram-se ao protestantismo na ocasião de sua migração da Saxônia para Viena, em meados do século XIX), ele se via como um pensador de sangue judeu. Em um dado momento, o filósofo admite nunca ter engendrado uma única linha de pensamento original (os homens santos seriam, de acordo com sua polêmica perspectiva, os únicos gênios de sangue judeu) e é procurando determinar uma marca em seu modo de pensar que o filósofo conclui: “O que eu invento são novos símiles [*Gleichnisse*]” (CV, p.16).

¹³ A analogia entre linguagem e jogo já era utilizada por Wittgenstein desde antes da redação das notas que deram origem à *Gramática Filosófica* – onde o filósofo ainda toma a compreensão de um significado como o domínio de um cálculo. Anthony Kenny nos fornece o que diz ser um dos primeiros empregos da analogia linguagem-jogo, numa passagem extraída de uma conversa de Wittgenstein com integrantes do Círculo de Viena na casa de Moritz Schlick, em junho de 1931. Essa analogia não é da própria lavra de Wittgenstein. Ela tem origem nos formalistas, que tratavam a aritmética como um jogo praticado com símbolos matemáticos – Wittgenstein deixa explícita, na conversa mencionada, a sua fonte de inspiração, a saber, certa consideração feita pelo matemático Hermann Weyl, na qual ele buscava explicar que um formalista toma axiomas da matemática como sendo similares a regras de xadrez. Opondo-se a essa concepção, Wittgenstein nota que a aritmética não diz respeito a marcas de tinta, do mesmo modo que o xadrez não é um jogo que diga respeito a peças de madeira. Contudo, não se deve trilhar o caminho oposto e assumir que signos matemáticos e peças de xadrez funcionem como substitutos de alguma coisa.

somente na discussão travada com a Psicologia da Gestalt, pensamos, que o filósofo consegue encontrar um caminho mais promissor para lidar com uma questão crucial em sua trajetória de elaboração metodológica: que fatores condicionam e limitam a cunhagem filosófica de conceitos, tendo em vista que a filosofia, enquanto atividade descritiva, não deve alterar a própria estrutura normativa da gramática? Ou, nas palavras de Hacker:

The difficulty, the immense difficulty, is to bring into view the right aspects of usage – right for the purposes at hand; and to make the right comparisons that will bring out overlooked differences and unexpected similarities; and then to order all these in the right way – the way that will illuminate the problem, and resolve or dissolve it. (HACKER, 2009, p.146)

As investigações gramaticais (ou conceituais) acerca dos usos de signos como “ver” e “aspecto” trazem evidências gramaticais de formas de funcionamento híbrido do pensamento: parte percepção, parte conceitualização. Os apontamentos acerca do “ver como”, da “cegueira para aspectos”, para além da disputa com os gestaltistas, mostram o caminho para uma melhor compreensão da natureza das analogias e do seu papel nas descrições filosóficas da gramática. A expressão “ver como” permite exprimir um ver semelhanças (RPP, I, §964; PI, II, xi, §111) que está para além da percepção pura e simples, um ver que pode envolver também a imaginação (RPP, I, §1123). Permite exprimir inclusive os modos pelos quais somos capazes de alterar voluntariamente nossos arranjos perceptuais (RPP, I, §976), estabelecendo novas seleções de aspectos relevantes (e ocultação dos irrelevantes).

Uma das passagens mais contundentes das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, no que tange a relação entre a habilidade filosófica de estabelecer analogias (ou, como diz Hacker, “mastery of comparative use”) e a aquisição de uma visão panorâmica da gramática, é a seguinte:

Mas o que faz uma investigação conceitual? Ela é uma investigação da história natural dos conceitos humanos? – Ora, a história natural descreve, digamos, plantas e animais. Mas não poderia ser que as plantas tivessem sido descritas em todos os seus detalhes, e que só agora alguém chegasse a ver as analogias entre suas estruturas, analogias que não tinham sido vistas anteriormente? Que ele, portanto, estabelecesse uma nova ordenação dessas descrições? Ele diz, por exemplo: “Não compare esta parte com esta; pelo contrário, compare com aquela!” (Goethe queria fazer algo desse tipo.) Ao dizer isso, ele não está necessariamente falando de derivação; mas mesmo assim o novo arranjo também poderia dar uma nova direção à investigação científica.

Em ambos os casos, pensava Wittgenstein, o que ocorre é que o significado pode ser obtido a partir da soma das regras que determinam os seus “lances” possíveis. A concepção que Wittgenstein tinha de jogo, neste período, restringia-se aos jogos cujas regras são bem determinadas. Desse modo, nos primeiros empregos do termo “jogo de linguagem”, encontramos a expressão diretamente relacionada à ideia de cálculo. Neste período, a função principal do conceito é chamar a atenção para as várias semelhanças entre linguagem e jogos, do mesmo modo que a analogia com o cálculo sublinhava semelhanças entre linguagem e sistemas formais. Ambas as analogias, tanto entre linguagem e jogo quanto entre linguagem e cálculo fundam-se na constatação de que a linguagem também é, à semelhança do cálculo e dos jogos, uma atividade guiada por regras.

Ele diz “Olhe-o desta maneira!” – e isto pode ter vantagens e consequências de diferentes tipos. (RPP, I, §950)

Nessa passagem, fica clara a ideia de que a chamada “história natural” não é fundacional, que ela pode ser cientificamente descrita, e fica clara a diferença que Wittgenstein traça entre uma descrição científica da mesma – “a descrição de plantas e animais” – e a descrição filosófica, na medida em que é essa última que se dá ao nível da gramática dos conceitos e da relação entre eles. Desse modo, é importante compreender que quando Wittgenstein fala em inventar elos, são esses elos gramaticais – o lastro para que seja possível ou não traçar uma conexão deve ser também gramatical: daí os conceitos filosóficos apresentarem forma analógica. A analogia – como determinação de semelhanças e relações proporcionais – atua metodologicamente sobre os componentes da gramática, sem alterar sua forma efetiva. Ela conduz nossa atenção, realça e oculta, reorganiza, mas não deforma. No limite, a alteração voluntária de aspecto proporcionada pela filosofia permite não só um transitar entre normatividades, entre contextos (RPP, I, §960), mas uma outra lida (uma lida preferível) com um certo campo do conhecimento.

Quando parece que não haveria lugar para uma tal forma [lógica], você tem de buscá-la numa outra dimensão. Se não há lugar aqui, então ela está justamente em outra dimensão.

(É nesse sentido que não há lugar para números imaginários no continuum dos números reais (...)) (RPP, I, §1026 e PI, II, xi, §165)

Só pode procurar uma certa forma “em outra dimensão” aquele que, através de uma nova analogia, de um novo “véu organizador” (RPP, I, §961), passou a ver outros elos, outras conexões entre os elementos de uma certa região gramatical. Como se vê, não há nada nessas considerações que nos permita reduzir a atuação filosófica a uma atuação terapêutica ou de combate a abusos gramaticais – tampouco há aí qualquer indício de adoção de uma posição naturalista. Muito pelo contrário, há mesmo uma preocupação com o distanciamento entre a prática de uma ciência empírica e a investigação conceitual que pode, através de analogias, lançar uma nova luz sobre o estado de coisas dessas ciências, mostrar “novas semelhanças”.

Nesse sentido, a filosofia, em sua tarefa positiva, mudaria a nossa compreensão acerca de algo sem apresentar nenhuma descoberta nova, mas dando relevo a certos aspectos que antes eram inaparentes. Por isso – assim entendemos – Wittgenstein fala (na passagem das *Investigações* mencionada acima) em “dar visibilidade panorâmica ao estado da matemática, o qual nos inquieta” (PI, §125). O filósofo não tem por ofício resolver problemas matemáticos, ele deve atuar sobre os jogos de linguagem da matemática buscando modos de estabelecer uma visão perspicua de sua gramática. Desse modo, reafirma-se, a filosofia não apresenta conteúdo

próprio, e não se pode falar de um jogo de linguagem próprio da filosofia. A filosofia, com suas cunhagens analógicas, atua sobre outros jogos de linguagem de uma forma descritiva muito peculiar: altera aspectos e revela novas possibilidades gramaticais.

É claro que a função negativa e a função positiva de tal investigação podem ser duas faces de uma mesma moeda: podemos conceber que a fixação nas velhas semelhanças impedia os teóricos de levar adiante seus estudos e que a intervenção filosófica, a um só tempo, desabilita a antiga imagem e sugere uma outra mais adequada aos objetivos gerais daquela área. Algo assim parece ocorrer na seguinte observação gramatical:

A imagem que se faz dos deficientes mentais é a do degenerado, essencialmente incompleto, como que esfarrapado. Ou seja, é a imagem da desordem em vez de a da ordem mais primitiva (que seria uma maneira muito mais produtiva de olhar para eles) (RPP, I, §646).

Essa passagem, assim nos parece, fornece um bom exemplo do tipo de atuação filosófica proposta por Wittgenstein. Aqui, o filósofo atua sobre uma região da gramática – os jogos de linguagem da psicologia e da psiquiatria – descrevendo-a, buscando uma visão panorâmica da relação entre os conceitos e, também, inventando ou propondo novas conexões. Tal atuação apresenta uma outra forma de relação entre filosofia e o saber médico (e, também, as políticas públicas na área da saúde). Em sua tarefa *a priori*, a filosofia se debruça sobre a gramática e a topografia de seus conceitos, não sobre os fenômenos. Vemos, nessa proposta, uma forma mais frutífera e potente de relacionar o pensamento de Wittgenstein às ciências do que a de atribuir a ele a formulação de teses gerais acerca da natureza humana e da mente.

Conclusão

O principal objetivo deste artigo foi delinear o protagonismo da analogia e dos conceitos analogicamente formados naqueles procedimentos de ênfase e ocultação que, a nosso ver, constituem o cerne da tarefa positiva da investigação gramatical tal como elaborada por Wittgenstein em seus escritos tardios. Para tanto, cotejamos diferentes abordagens da investigação gramatical e de sua orientação metodológica geral. Inicialmente, examinamos a chamada leitura terapêutica radical ou quietista das *Investigações*, marcada pela ideia de uma filosofia essencialmente responsiva, que deve atuar dissolvendo mal-entendidos e abusos na gramática. Que a dissolução de abusos gramaticais é um procedimento corriqueiro da filosofia de Wittgenstein, claro está, não é tópico de disputa entre os comentaristas e tampouco é algo problematizado neste trabalho. Nossa principal questão, nesse primeiro momento, foi se a filosofia wittgensteiniana se espalha para além dessa tarefa puramente negativa e, sendo esse o

caso, de que modo isso ocorre. Nesse sentido, procuramos analisar leituras que, ao imputarem ao filósofo austríaco algum tipo de naturalismo, atribuem agendas positivas à investigação gramatical – apresentam uma tal orientação tanto as abordagens enativistas de Dan Hutto e Danièle Moyal-Sharrock, quanto a abordagem metafísica de Newton Garver. Tais leituras, como argumentamos, nos pareceram insuficientes, especialmente por não considerarem devidamente a hipótese hermenêutica de que os apontamentos de Wittgenstein estejam sempre circunscritos ao âmbito das relações internas da gramática. A atribuição de algum tipo de naturalismo ao filósofo, fere, sobretudo, o adágio wittgensteiniano de que nenhum jogo de linguagem pode ocupar a posição privilegiada de solo normativo último – nem mesmo os jogos (mais ou menos aceitos pelo senso-comum) da biologia evolucionista. Desse modo, buscamos apresentar uma outra forma de conceber a prática filosófica de Wittgenstein que não envolva atribuir a Wittgenstein (de modo direto ou velado) o compromisso com certas teses ou teorias naturalistas¹⁴. Nossa proposta, como expomos, parte das discussões de Wittgenstein com a Psicologia da Gestalt e compreende que os apontamentos gramaticais sobre as expressões “ver”, “ver como”, “aspecto” e afins não devem ser tomados como um momento isolado da obra que diz respeito apenas à filosofia da psicologia – ao contrário, buscamos argumentar que essa discussão é basilar para o desenvolvimento de uma prática filosófica baseada na manipulação de analogias e imagens com a finalidade de mostrar (ou ocultar) aspectos da gramática, apresentando novas possibilidades de organização conceitual daquilo que já é conhecido por nós.

Ainda que tenha o dever de deixar tudo como está na gramática, no sentido de não buscar descobrir um fato novo ou propor uma nova linguagem, a filosofia, numa concepção wittgensteiniana, tem a capacidade de oferecer uma nova perspectiva sobre o que já é estabelecido, de modo a apontar aspectos antes invisíveis, novas semelhanças, licenciando e interditando ações e compreensões. Se não compete à filosofia apresentar novas descobertas, é de sua índole ordenar e reordenar nossos conceitos – acompanhando-os em sua perpétua mutação. Nesse movimento, ela é capaz, também, de apontar para caminhos logicamente latentes na gramática. Tal perspectiva, portanto, encontra no conceito de gramática um papel

¹⁴ Entramos em acordo com Dromm quanto à interpretação de que os apontamentos sobre o aprendizado da linguagem não são descrições com pretensões teóricas. Contudo, fazemos a esse posicionamento a complementação de que o que o filósofo nos fornece é uma certa imagem do aprendizado da linguagem em detrimento de uma outra – de modo que uma questão importante a ser abordada é sobre possíveis propósitos ou orientações éticas dessa prática filosófica positiva.

metodológico fundamental, na medida em que ela se torna a área de atuação propriamente filosófica.

A orientação da tarefa terapêutica é clara: ela tem seu fim quando o abuso gramatical é debelado, quando o mal-entendido é dissolvido e reconduzimos a linguagem a seus usos correntes, genuínos, posto que oriundos de um compartilhamento (ou acordo, *Übereinstimmung*) de forma de vida. Agora, é uma questão deveras interessante aquela sobre a orientação da agenda positiva de Wittgenstein. Haveria uma orientação ética (um fundo ideológico identificável) na determinação e cunhagem dos elos intermediários? Uma das grandes dificuldades ao abordar essa questão é que Wittgenstein, com muita frequência, parece assumir como ponto pacífico que, para cada empreitada de elucidação gramatical, há um certo uso corrente, mais genuíno, do signo examinado. Desse modo, caberia ao filósofo somente manter a linguagem nos trilhos estabelecidos pelas nossas práticas corriqueiras. Ora, mas não raro os próprios usos do signo estão sob disputa semântica: disputas de ordem política, ética, estética, religiosa... Apesar de todas as reticências, compreendemos ser possível, aqui e ali, o vislumbre das inclinações de Wittgenstein a favor de certos lugares do preferível em detrimento de outros. Se, por um lado, a sugestão de um compromisso com a ideia de um “homem razoável” (*vernünftige Mensch* – OC §220, §252) – de um indivíduo que não procura levemente levantar dúvidas onde nada fala a favor delas, aquele que age nos conformes da normatividade situada que compõe “nossa” imagem de mundo (*Weltbild*) –, que vemos no *Da Certeza*, nos apresenta um Wittgenstein mais conservador no tocante à plasticidade da gramática, por outro lado, a busca sistemática ao longo de sua obra de maturidade por mostrar não só a linguagem, mas nossas ações como inexoravelmente e irredutivelmente plurais nos coloca diante de um Wittgenstein mais aberto à exploração das faces agonísticas da linguagem (com suas barganhas e disputas semânticas). Não teria a filosofia, com seu olho aguçado para as analogias, para os elos intermediários insuspeitos, um papel relevante no tratamento dos mais diversos tipos de barganhas e conflitos semânticos que cindem e remendam imagens de mundo? O que dá as bases para que um filósofo possa se posicionar a favor de uma imagem mais produtiva dos deficientes mentais em detrimento da velha imagem da degeneração, como faz Wittgenstein em RPP, I, §646? Quando o filósofo nos orienta a ver ou a deixar de ver um determinado aspecto (LC III, 35, p.27), sua base de persuasão é sempre algo como um uso mais genuíno do signo, um uso do mesmo chancelado por uma comunidade? E qual seria o uso genuíno e, logo, a orientação ética da persuasão filosófica, em comunidades polarizadas, conflagradas? Mas essas são somente considerações ensaísticas com o propósito de estimular

nossos leitores à busca de uma elucidação mais completa (inclusive no viés ético) da agenda positiva estabelecida pelo autor das *Investigações Filosóficas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and meaning: Volume I of an analytical commentary on the Philosophical Investigations, part I: Essays*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005.

FOGELIN, R. “Wittgenstein’s critique of philosophy”. In: SLUGA, H.; STERN, D. G. (Ed.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 34-58.

GARVER, N. “Philosophy as grammar”. In: SLUGA, H.; STERN, D. G. (Ed.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 139-170.

GLOCK, H. J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad.: Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, P. M. S. “Philosophy: A Contribution, not to Human Knowledge, but to Human Understanding”. In: *Royal Institute of Philosophy Supplement*, vol. 65 (out. 2009), pp. 129-153.

HUTTO, D. “Enactivism, From a Wittgensteinian Point of View”. In: *American Philosophical Quarterly*, vol. 50, n. 3 (jul. 2013), pp. 281-302.

KENNY, A. ““Philosophy states only what everyone admits””. In: AMMERELLER, E.; FISCHER, E. *Wittgenstein at work – Method in the Philosophical Investigations*. Nova York: Routledge, 2004.

MOYAL-SHARROCK, D. “Wittgenstein’s razor: the cutting edge of enactivism”. In: *American Philosophical Quarterly*, vol. 50, n. 3 (jul. 2013), pp. 263-279.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Transl. G.E.M Anscombe and Joachim Schulte. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. *Investigações Filosóficas*. Trad.: Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

_____. *Investigações Filosóficas*. Trad.: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Blackwell, 1969.

_____. *O Livro Azul*. Trad.: Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. *Culture and Value*. Cambridge: Blackwell Publishing, 1998.

_____. *Philosophical Occasions 1912-1951*. James C. Klagge and Alfred Nordmann(Eds.). Indiana: Hackett Publishing Company, 1993.

_____. “Observações sobre *O ramo de Ouro* de Frazer”. Trad.: João José R. L. Almeida. In: *Revista Ad Verbum*, v. 2, n. 2 (jul./dez., 2007), pp. 186-231.

_____. *Remarks on Philosophy of Psychology*. G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright (Eds.). Trad. G.E.M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

_____. *Observações sobre a filosofia da psicologia – vol. I e II*. Trad.: Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad.: Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2017.

_____. *On Certainty*. Translated by Denis Paul and G. E. Anscombe. New York: Harper & Row, 1972.

_____. *Da Certeza*. Trad.: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2020.

_____. *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Edited by Cyril Barrett. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1967.